

**Excelentíssimo (a) Senhor (a) relator (a) Conselheiro (a) Adonias Monteiro
do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – MG.**

Autos nº. 1.084.213

Marco Aurélio Costa Lagares já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V. Excelência, por seu advogado, apresentar **DEFESA**, sendo que o faz com base nos seguintes fatos e fundamentos jurídicos:

1-DOS FATOS

Cuida-se de representação proposta pelo Ministério Público de Contas, em desfavor do requerido (Marco Aurélio) ex-prefeito de Carmo do Paranaíba/MG, sustentando, em síntese, irregularidades no processo de inexigibilidade que originou a contratação do escritório Costa Neves Advogados Associados para prestação de serviços de recuperação de créditos tributários de natureza previdenciária.

Aduz que a contratação do escritório Costa Neves, por inexigibilidade de licitações teria sido intermediada pelo escritório Ribeiro Silva Advogados. Que o requerido teria, em tese, solicitado vantagem indevida em relação ao contrato em questão.

Sustenta o Ministério Público de Contas que a contratação do escritório Costa Neves violou entendimento desta Corte, uma vez que não se enquadraria em hipótese legal de inexigibilidade. Que não foi verificado no processo de licitação a justificativa de preço e, ainda, que o município efetuou os pagamentos dos serviços prestados antes da Receita Federal ter homologado as compensações.

O órgão ministerial sustenta que o Município teria pago ao escritório Costa Neves a importância de R\$ 156.804,15 (cento e cinquenta e seis mil oitocentos e quatro reais e quinze centavos) decorrentes do contrato em discussão.

Neste contexto, requer a procedência da representação para condenar o requerido, nas seguintes sanções: restituição solidária ao erário no valor; multa; inabilitação para exercício em cargo em comissão ou função de confiança e declaração de idoneidade para licitar/contratar com o poder público.

2 - DA VERDADE DOS FATOS.

Durante a legislatura 2013/2016, uma das recorrentes preocupações de todos os setores da administração municipal de Carmo do Paranaíba era reduzir o comprometimento da folha salarial, que estava próxima do seu limite legal.

Em 2014 iniciou-se uma profunda crise nos municípios, situação que se agravou em 2015 e 2016, ou seja, as receitas dos municípios diminuíram e, por consequência, lógica os gastos com pessoal subiram seu percentual.

Exatamente neste contexto, que a administração municipal buscou medidas alternativas para redução dos gastos com despesas de pessoal. E aqui entrou a contratação do escritório Costa Neves Advogados, o qual possuía expertise para a execução dos serviços.

Não houve intermediação ou ingerência do escritório Ribeiro Silva Advogados na referida contratação, pelo contrário, a administração municipal teve conhecimento de que o escritório Costa Neves exercia esse trabalho em outros municípios e, assim sendo, buscou conhecer os serviços. **A contratação se deu por deliberação de vontade entre as partes.**

O que pautou a contratação do escritório Costa Neves foi, de fato, a necessidade dos serviços a fim de buscar receita para o município e, por consequência, diminuir as despesas, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não houve por parte do requerido definição de modalidade da contratação, afinal segundo os órgãos competentes da administração municipal na época a contratação deveria ser realizada por inexigibilidade, pois o contratado preenchia os requisitos legais.

Soma-se ainda, que **o requerente em hipótese alguma condicionou a contratação ao pagamento de eventual vantagem indevida**, muito menos solicitou, aceitou ou recebeu qualquer valor ou vantagem decorrente da contratação. O requerido nunca solicitou de quem quer que seja quaisquer vantagens indevidas para prestar ou deixar de prestar ato de ofício.

O Ministério Público de Contas, busca trazer fatos que não é de sua alçada e que foram reproduzidos unilateralmente em outro expediente, ainda pendente de decisão definitiva do Poder Judiciário, o qual, inclusive já rejeitou em 1ª grau, sumariamente a denúncia, para criar ou potencializar sua representação, como se fosse uma verdade absoluta e não é.

Tanto é verdade que o **próprio delator na esfera criminal já pediu a rescisão do acordo de colaboração**, pois sustenta que criou tais imputações como única medida para conseguir sua liberdade, pois estava preso em outro processo. Essa questão será resolvida em definitivo na esfera criminal onde ficará comprovada a ausência de qualquer ilícito cometido pelo requerido.

Os vídeos entregues pelos colaboradores na época, no expediente criminal não demonstra nenhum ato ilícito pelo requerido e, muito menos de eventual crime de corrupção. Trata-se de uma gravação sub-reptícia, totalmente ilícita e, pior, datada de março de 2017, ou seja, período que o requerido sequer era Prefeito.

Em suma, a gravação ilícita teria sido uma tentativa frustrada de se criar um flagrante preparado, o que não é admitido como prova, conforme entendimento do STF, Súmula 145. E mais, criar artificialmente a ideia de que o requerido estaria ali para receber eventual vantagem ilícita de um contrato já prestado e encerrado há mais de 03 meses.

Além disso, as *conversas de Whatsapp* citadas no corpo da representação - também não reproduzem a verdade, sem dizer que se trata de

prova ilícita; trata-se de arquivo unilateral, supostamente entregue pelos colaboradores (agora ex-colaboradores) **sem observar a cadeia de custódia da prova, diálogos picotados e, que são nulos, conforme entendimento jurisprudencial STJ, HC nº 160662/RJ, 6ª Turma, j. 18/02/2014.**

Assim, feito esses breves esclarecimentos o **requerido reitera que aqui não é o local para se discutir eventual ilícito criminal** (como pretende o Ministério Público de Contas) e, mais, **em hipótese alguma cometeu tal delito**, conforme já reconhecido pelo Poder Judiciário e que, certamente dará a palavra final pela sua absolvição.

Quanto às **irregularidades administrativas no processo de inexigibilidade**, questão afeta à jurisdição dessa Corte, não assiste razão o Ministério Público de Contas. Vejamos:

3 - DA LEGALIDADE DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

3.1 – DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2- AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO

Conforme já salientado, o **escritório Costa Neves** foi contratado pelo Município de Carmo Paranaíba, para executar serviços singulares e especialíssimos.

Todo o processo de inexigibilidade em questão foi devidamente formalizado e analisado pelos setores competentes do município. Quem definiu a modalidade de contratação não foi o requerido.

A Procuradoria do Município na época contava apenas com uma advogada (Dra. Luana), uma vez que os outros 03 (três) advogados do quadro atuavam em outros setores fora da procuradoria (centro de Atenção ao Cidadão e CREAS). Daí a necessidade de se contratar serviços especializados, como de fato ocorreu. Não havia na estrutura administrativa pessoal qualificado para

execução dos serviços. Tudo isso foi devidamente assentado pelos setores competentes no processo de inexigibilidade.

Ao contrário do que sustenta o representante Ministerial o trabalho, ora executado pelo escritório contratado era complexo e singular.

Aplicando-se uma simples análise ao objeto contratual verifica-se que não se tratava de serviços simples e corriqueiros. Aliás, se fosse tão simples assim, o Município há tempos já teria recuperado tais créditos, bem como refeito seu planejamento tributário a fim de trazer economia aos cofres públicos, o que não ocorreu, justamente pela complexidade do trabalho.

É certo, portanto, conforme já dito, que no tange à **suposta ausência de singularidade**, há de se observar que os serviços contratados revestem-se de absoluta singularidade, conforme decisão do TJMG (caso idêntico), *verbis*:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS SEM LICITAÇÃO - PROCEDIMENTO PRÉVIO PREVISTO PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INDISPONIBILIDADE DE BENS - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE - RECURSO PROVIDO. Em sede de agravo de instrumento, parece ser inexigível a licitação para contratação de serviço que abrange consultoria jurídica em determinado ramo complexo, estratégico e sensível para a contratante, voltado para a recuperação de créditos tributários, haja vista

quando existe a notória especialização e o ente público necessita dispor de margem discricionária para, fundado na confiança, eleger o profissional que melhor lhe aprouver. Se não existem elementos objetivos que caracterizem a conduta atribuída ao réu como ímproba, não é possível a decretação liminar de indisponibilidade de bens”. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0144.14.003405-5/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Vilas Boas , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/05/2015, publicação da súmula em **20/05/2015**)

Em seu voto o **DESEMBARGADOR ALBERTO VILAS BOAS** foi categórico em afirmar que:

“Dessa forma, o serviço contratado parece extrapolar o trabalho realizado pela Procuradoria Municipal e Secretaria Municipal da Fazenda, eis que não se relaciona com as atividades rotineiras dos servidores municipais, mas com planejamento e gestão. Não há, em princípio e sem prejuízo de reexaminar o tema oportunamente, como distanciar a singularidade daquele que executará o serviço em prol da Municipalidade, especialmente, ainda, quando se trata de um serviço de assessoramento, que permitirá que a contratada tenha acesso à vários documentos relativos a cobrança de tributos do Município, conforme item 2.1.3 do contrato (f.162)

Por isto e quando o serviço de consultoria e assessoramento não se restringe ao

acompanhamento de cobranças de dívidas fiscais padronizadas, não considero cabível que seja realizada competição, mesmo porque esta torna-se inviável quando não há como estabelecer critério para distinguir quem prestaria, em razão do conteúdo do contrato, serviço de assessoramento de melhor qualidade que o outro. Não é pelo fato de existir duas ou mais empresas de consultoria deste gênero que implica em definir a singularidade, mesmo porque *toda opção contempla um componente subjetivo que não se elimina com a competição.*

Por conseguinte, não reputo possível decretar a indisponibilidade dos bens dos réus e suspensão do contrato administrativo em razão de, aparentemente, inexistir a prática de ato de improbidade administrativa e, assim, a medida liminar parece ser desproporcional aos fins que se destina.

Além da singularidade do objeto o escritório Costa Neves possui evidente notória especialização para desenvolver o referido serviço, conforme foi devidamente analisado pelos setores competentes durante o processo de contratação, eis que o acervo técnico apresentado comprovou tal especialidade. O que não deixa dúvidas que os requisitos do art. 25 c/c art. 13, da Lei de Licitações foram devidamente observados.

Só ocorreu a contratação mediante inexigibilidade porque os setores competentes da administração municipal atestaram a legalidade da contratação, nestes moldes, nada mais.

No que tange à afirmação ministerial que o contrato é ilegal, pois é vedado à administração pública firmar contrato de risco é preciso destacar que

tal alegação caminha na contramão do interesse público. Apesar do r. ministerial citar alguns precedentes do TCE/MG, tais entendimentos foram firmados em outros tempos e hoje tal questão já foi superada pela própria Corte de Contas.

Isso porque, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na **Consulta nº. 873.919, publicada em 18/06/2003**, decidiu seguindo o voto do CONSELHEIRO CLAUDIO TERRÃO que “(...) **a contratação de serviços de advocacia para resgate de créditos previdenciários indevidamente recolhidos com ajuste de honorários por êxito é possível**, devendo a remuneração do profissional ser fixada, no instrumento contratual, em valor estimado, observando-se o princípio da razoabilidade, evitando-se o desembolso de valores exorbitantes” (grifei).

Logo, **não** há que se falar que o contrato de risco firmado entre o Município de Carmo Paranaíba e o escritório Costa Neves é ilegal. Aliás, conforme dito, essa questão – modalidade, forma de pagamento, valores, etc., foram devidamente analisados pelos setores responsáveis do município, sem qualquer ingerência do requerido.

Registra-se que a contratação em discussão gerou um benefício econômico para o Município e, por consequência, houve a devida contraprestação, ou seja, o município pagou ao escritório Costa Neves de **R\$ 136.622,74** (setecentos e setenta e três mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos), sendo que **deste valor foram pagos R\$ 7.923,53 e R\$ 13.522,08 pela gestão posterior. Ou seja, mais de R\$ 21.000,00 foram pagos por outra gestão e não pelo requerido.**

Não há dúvidas que a presente contratação era necessária, **seja em razão da complexidade dos temas propostos**, seja **porque a Procuradoria não estava devidamente estruturada para executar os serviços rotineiros quicá os temas complexos descritos no objeto.**

Ademais, cumpre-nos acrescentar que **recentemente foi sancionada nova lei** (Lei nº. 14.039/2020) sobre a contratação de serviços jurídicos por inexigibilidade de licitações, *verbis*:

“Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei”.

Conforme se vê, **a nova lei colocou um ponto final na questão quanto ao conceito de singularidade, isto é, basta a comprovação da notória especialização que os serviços serão singulares.**

Faz-se oportuno reiterar que **não houve dano ao erário e sequer sobrepreço na contratação. Todo o procedimento licitatório foi conduzido de forma livre técnica pelos setores competentes da administração municipal na época. Querer a condenação solidária do requerido, inclusive, com reparação de dano inexistente, configura flagrante enriquecimento ilícito, o que é rechaçado pela jurisprudência.**

Assim sendo, **conclui-se que a contratação ocorreu de forma legal, revestida das formalidades legais e devidamente amparada pelos setores competentes do município. O serviço foi devidamente prestado (situação inquestionável nesta representação). O valor contratado estava de acordo com o praticado no mercado, sem nenhum indicativo de sobrepreço. Os pagamentos foram realizados na medida que o município exauriu o benefício tributário, conforme avençado pelas partes. As**

compensações foram efetivadas e os valores pagos indevidos pelo município foram compensados, sem qualquer questionamento.

4- Dos pedidos.

Posto isto, **requer seja julgada improcedente** a representação do Ministério Público de Contas, rechaçando-se todas as supostas irregularidades apontadas pelo órgão técnico.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021.

Pedro Felipe Naves Marques Calixto

OAB/MG 136.471